

QUE CONTAM OS RASTROS DIGITAIS NO FACEBOOK SOBRE A RECENTE HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE PESSOAS TRANSGÊNERAS NO BRASIL?

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira¹

Introdução

Pesquisas com métodos de processamento de linguagem natural têm nos permitido produzir narrativas sumariadas sobre uma grande quantidade de dados. Uma frente importante surge a partir da análise dos rastros digitais que são produzidos em plataformas de redes sociais como o Facebook. Um uso crítico das ferramentas de automatização de partes dos processos de captura, tratamento e criação de categorias fazem parte dessa prática de pesquisa.

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa na qual buscamos compreender os atravessamentos das tecnologias digitais nos processos subjetivos na perspectiva do gênero. Interessa-nos compreender como a condução do indivíduo em aspectos micropolíticos dos algoritmos do Facebook (governamentalidade algorítmica) se coimplica em processos de autorrepresentação, narrativas de si e relações interpessoais de pessoas transgêneras.

Temos entendido a governamentalidade algorítmica como um tipo de racionalidade que por meio da coleta, da agregação e da análise automatizada massiva de dados gera compreensões de uma ambiência (a)normativa ou (a)política que infere sobre os sujeitos “de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis” (ROUVROY; BERNS, 2018, p. 116). A (falsa) ideia de uma normatividade objetiva que emerge da leitura maquínica faz com que repensemos o papel da normatividade de gênero, uma vez que a plataforma proporciona espaços de normas próprias produzidas a partir de um perfil modulado pela ação de mineração de dados dos algoritmos dos sujeitos usuários das plataformas de rede social.

¹ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologia Digital e Cultura (GIG@/UFBA) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com.

Este esforço de pesquisa se justifica por não apenas incluir as apropriações das redes sociais pela militância organizadas de pessoas trans, mas por entender em que ponto a governamentalidade algorítmica da própria plataforma implica sobre os processos subjetivos, na perspectiva do gênero.

As pessoas transgêneras (ou trans) são aquelas que não se identificam com o gênero ao qual lhes foi designado ainda na gestação ou ao nascer a partir de uma leitura binarista cissexista (homem/pênis; mulher/vagina) de características sexuais dos seus corpos. O termo “transgênero” tem sido utilizado para pessoas que não querem necessariamente fazer uma modificação corporal (hormonização ou cirurgia) para serem identificadas com o gênero ao qual expressam (MÉNDEZ, 2014).

Abrindo para distintas vivências do gênero, o fato de pessoas trans nomearem-se e entenderem-se como pessoas com um gênero questiona o sistema no qual a definição sobre si seriam articuladas pelos saberes médicos e psis bastante ligados a ideia de anormalidade, transtorno, patologia, potencializados por segregações de classe e raça, e pela política econômica capitalista (SPALDE, 2000).

Com o intuito de mapear os repertórios de ação política de pessoas transgênero organizadas no Brasil é que este artigo se propõe a refletir sobre as possibilidades metodológicas da prática empírica da pesquisa por meio de rastros digitais em plataformas de redes sociais on-line a partir da experiência da criação de uma narrativa sobre as pautas de pessoas transgêneras organizadas presentes em páginas do Facebook. A pesquisa, assim, se compõe de duas frentes: uma que reflete sobre as implicações de metodologias digitais em que se coimplicam ações humanas e produções dos computadores e a segunda em que analisamos postagens de páginas do Facebook de redes, associações, institutos, coletivos e de ações da causa trans.

O método

Este trabalho se operacionalizou como uma coleta e análise que investigou as páginas com a temática trans seguidas pelos nossos interlocutores, homens trans usuários do Facebook. Em um primeiro momento por meio de uma análise quantitativa semi-automatizada dos principais termos trabalhados por essas páginas que produziram os principais termos-chave que elas abordaram ao longo do período analisado; e uma

segunda etapa qualitativa que descreveu os contextos, as significações e os usos desses termos. Essa análise nos permitiu comparar com os repertórios de pautas da militância de pessoas trans (pesquisa bibliográfica) quanto das conversas com nossos interlocutores, buscando similaridades e não correspondências.

Foram levantadas nos perfis dos interlocutores da pesquisa (n=15) as páginas que tratavam exclusivamente sobre a questão trans e que possuíam significativa produção (n>50) no período analisado (31/08/2016 até 31/12/2018).

As postagens das páginas (n=6175) sofreram tratamento dos dados (excluindo palavras que não nos interessavam como pronomes, artigos, etc., as *stopwords*) e o conteúdo foi analisado pelo software Iramuteq que identificou os principais termos-chave e suas interrelações a partir de análise estatística. Seguiu-se uma análise qualitativa dos termos-chave: cada um dos principais termos foi analisado qualitativamente em sua diversidade de sentido contextual nas postagens da página, e realizou-se uma descrição desses termos o que entendemos ser um universo veritativo de uma militância trans on-line em que os interlocutores estão dialogando em suas redes.

É uma coleta e análise que investigou as páginas com a temática trans seguidas pelos nossos interlocutores. A pesquisa, portanto, se constitui de 6 processos:

- 1- *Escolha das páginas* a serem analisadas: foram levantadas nos perfis dos interlocutores da pesquisa as páginas que tratavam exclusivamente sobre a questão transgênera e que possuíam significativa produção (n>50) no período analisado (31/08/2016 até 31/12/2018).
- 2- *Extração do conteúdo*: Foi extraído o conteúdo dessas páginas por meio da aplicação Netvizz. A aplicação referida varre as páginas e cria um arquivo em formato de tabela no qual separa textos e metadados de postagens em um dado período de tempo que o usuário determina. Desse montante de dados só consideramos os textos das postagens.
- 3- *Tratamento e identificação de termos-chave*: Após tratamento destes dados (excluindo palavras que não nos interessavam como pronomes, artigos, etc.) o conteúdo foi analisado pelo software *Iramuteq*² que identificou os principais termos-chave e suas interrelações a partir de análise estatística.

² O *corpus* textual produzido a partir dessas páginas foi analisado por dados estatísticos feitos pelo referido software, gratuito e de fonte aberta. Foi utilizado o Método de Classificação Hierárquica Descendente

- 4- *Análise qualitativa dos termos-chave*: Cada um dos principais termos foi analisado qualitativamente em sua diversidade de sentido contextual nas postagens da página³.
- 5- *Escrita*: Foi realizada uma descrição desses termos o que entendemos ser um universo veritativo de uma militância trans on-line em que os interlocutores estão dialogando em suas redes.
- 6- *Interrelação com outras etapas de pesquisa*: Tais resultados depois foram triangulados com dados de outras etapas da pesquisa.

Ou seja, esse trabalho se constitui de um primeiro momento de uma análise quantitativa semi-automatizada dos principais termos elencados nessas páginas que entregaram os principais questões que tais páginas produziram ao longo do período analisado e uma segunda etapa qualitativa que descreveu os contextos, as significações e os usos desses termos.

Apresentamos um apanhado conjectural levando em conta as páginas em seu conjunto. Como veremos no exemplo a seguir, inicialmente expomos e descrevemos o mapeamento dos termos agrupados em suas coimplicações, e analisaremos seus significados nos contextos discursivos em que são articulados nas postagens das páginas. Logo em seguidas procuramos enumerar as principais pautas relevantes pelas análises estatísticas lexicográficas consideradas como formas ativas, isso é, termos mais relevantes e que melhor explicam estatisticamente as temáticas abordadas por meio do texto presente no banco de dados (que nesse caso é o conjunto de textos das postagens no período analisado), apresentando seus vieses.

Apresentaremos antes nessa seção o caminho analítico que fizemos exemplificando o processo de construção dos resultados e seu processo de leitura e interpretação. Na imagem a seguir (Figura 1) vemos o resultado da análise, usando o método Reinert, apresentada graficamente feita a partir do conteúdo da página da

(Reinert), no qual após se fazer uma análise dos termos do texto e sua cooperação gera uma classificação estável e definitiva (após repetidos testes do tipo X2 feito pela aplicação). Assim interpretam-se tais dados enquanto surgem nesses contextos semânticos, por meio de descrição enquanto representação de questões da militância trans nesses espaços.

³ Um fator interessante do uso do software é que se por um lado ele permite análises quantitativas ao gerar métricas pelo léxico, por outro ele facilita uma aproximação com os dados ao entregar onde no texto original determinados termos estão em vários pontos distintos, nos permitindo uma análise do macro (como se estrutura os principais temas no *corpus* total), em relação ao micro (como esses temas são abordados dentro de cada postagem, possibilitando uma análise contextual).

Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA baseada na extração das formas ativas e suas associações pela maneira como se coimplicam, e que chamamos ao longo do texto de “termos”, que atuaram nos textos das postagens publicadas entre os dias 31 de agosto de 2016 e 31 de dezembro de 2018 que demonstramos como exemplo do material analisado e aqui descrito.

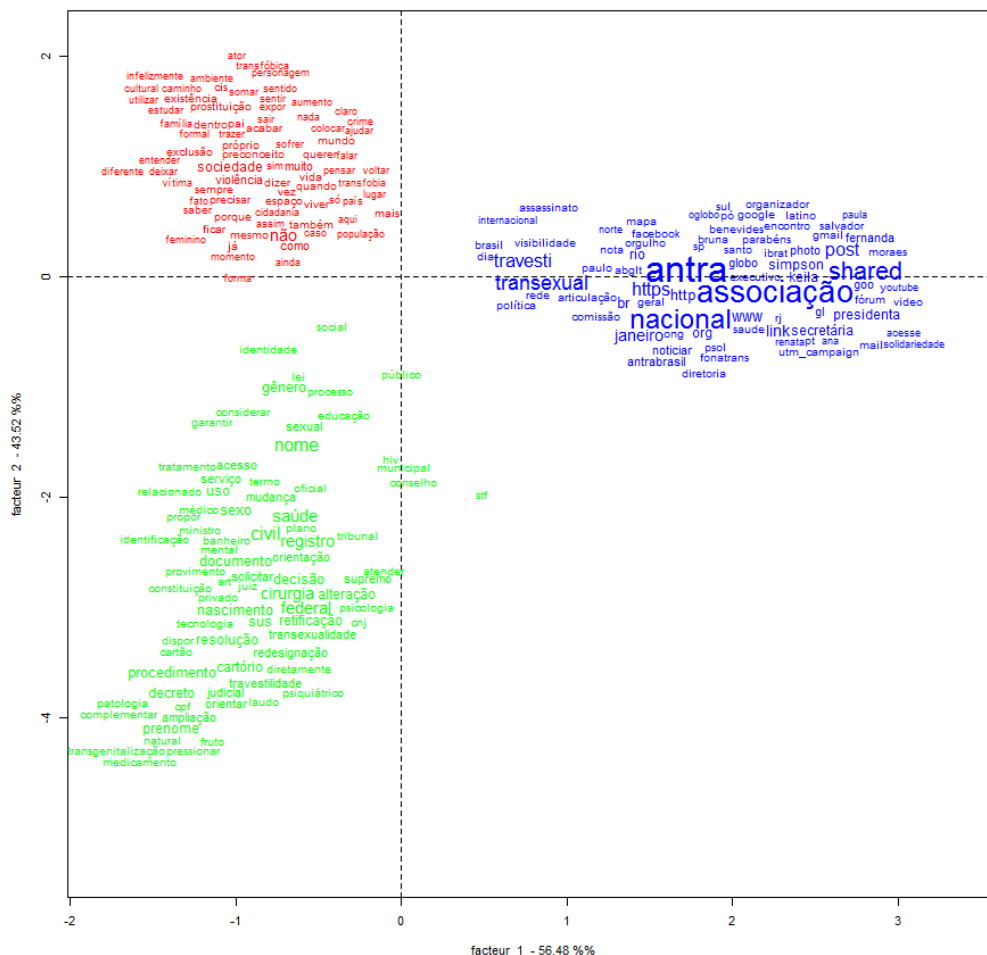


Figura 1 – Mapa do agrupamento entre os termos mais relevantes nas postagens da página da ANTRA no período de 31 de agosto de 2016 e 31 de dezembro de 2018. Fonte: própria.

Como pudemos ver na Figura 1 o conjunto dos termos criaram 3 agrupamentos por associação entre si. Fazendo uma leitura a partir do nosso objeto de interesse – pautas que mobilizam a militância trans no período estipulado – vemos na classe 1 (em vermelho) termos como “transfobia”, “violência”, “vítima” e “exclusão”, sugerindo ações sofridas por pessoas trans; vemos também palavras como “cis”, “ator”, “personagem”, “sociedade”, “pai” e “família” que sugerem alguns atores sociais que estão em relação as

peças trans; e temos ainda termos como “estudar”, “prostituição”, e “formal” sugerindo atividades realizadas.

Posteriormente, consultamos esses termos previamente organizados em suas relações de associação em uma lista dos termos. Essa lista é apresentada graficamente a partir de critérios dos agrupamentos anteriores e em ordem de relevância em dendogramas (Figura 2). No dendograma avaliamos quais os termos consideramos relevantes para a questão deste trabalho anteriormente mencionada. Ao observar o dendograma surgem outras palavras que complementam a lista acima como “vida” e “existência”, que sugerem o direito à vida e outros termos que complementam os sub-agrupamentos feitos acima.

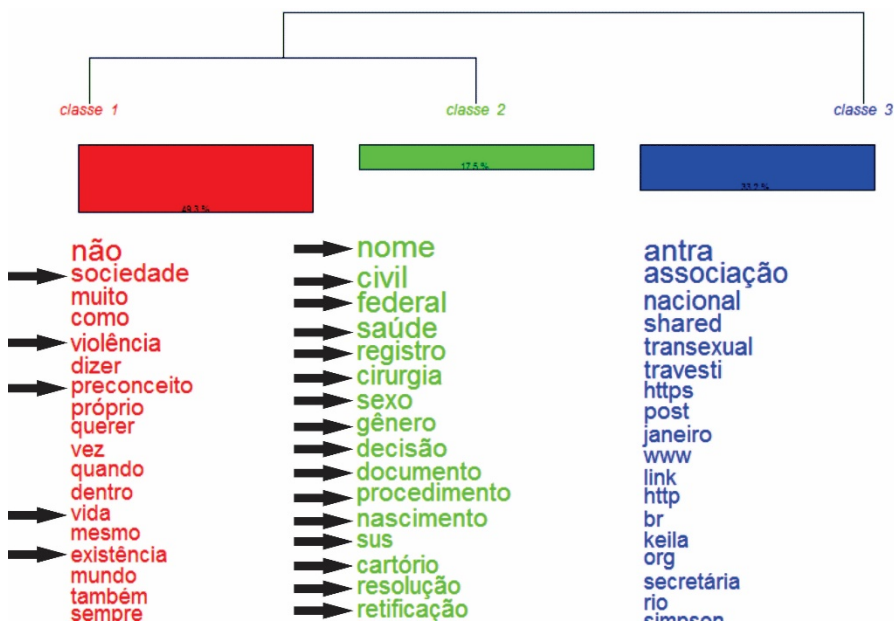


Figura 2 – Dendograma com parte dos termos mais relevantes agrupados com o conteúdo da página da ANTRA com marcações de termos de interesse. As setas pretas indicam as categorias que foram consideradas. Fonte: própria.

A partir da descrição e análise acima é feito um trabalho de aproximação contextual dos termos para uma maior precisão de seus usos e os vieses que foram adotados. Para isso usa o recurso de “concordância” (ver exemplo na Figura 3) que a partir dos segmentos textuais pode-se averiguar a ocorrência de cada termo nos contextos das postagens.

**** *antra

que a **sociedade** cisheteronormativa possa meditar e nos valorizar como cidadãos e cidadãs que constituímos ainda mais por essa imponência que òlòdórún ou òlúmaré deus nos ofereceu somos travestis negras mulheres transsexuais negras e homens trans negros

nada mais há que isso

**** *antra

de um novo conhecimento para toda a **sociedade** porque está comprovado que a diversidade é saudável e deve ser incentivada em todos os espaços http revidigital com br mulheres trans lutam por mais espaço no mundo acadêmico

**** *antra

em seguida outras organizações da **sociedade** civil organizada aderiram também juntamente com órgãos governamentais e desenvolvem ações diversas que marcam essa data visando ampliar cada vez mais a visibilidade dessa população que reivindica essa visibilidade positiva o ano todo

**** *antra

esses trabalhos feitos por essas organizações fundamentais para que a população de travestis mulheres transexuais e homens trans do Brasil conquistem respeito e reconhecimento desses atores sociais e assim reverberar positivamente na **sociedade** essa existência

**** *antra

Figura 3 – Reprodução de um exemplo de uso do recurso de Concordância apresentada pelo software Iramuteq a partir do termo “sociedade”, no qual se vê os locais das aparições do termo no banco de dados permitindo uma análise contextual. Fonte: própria.

Ao observarmos o exemplo que trazemos percebemos que “sociedade” nas postagens produzidas na página da Antra é apresentada como o Outro sendo considerada cisneronormativa, preconceituosa, machista, patriarcal, violenta e extremamente transfóbica e que precisa considerar os assassinatos de pessoas trans e as questões raciais, respeitar a diversidade, reconhecer o nome social e ser inclusiva. Mas também é vista como um lugar que precisa ser encarado, em que se vive a margem e no qual trans são estigmatizadas e que abriga uma pluralidade de vivências. Vemos assim que este termo apresenta pautas de modo difuso como a necessidade de levar em consideração questões de raça, do nome social, da violência e dos assassinatos de pessoas trans.

É nesse sentido que especificamente no caso da página da Antra vemos que, das 3 classes de termos que as análises criaram, há uma de baixíssima relevância para o contexto deste trabalho (classe 3, em azul) que apresenta termos de postagens usadas para divulgação de eventos e/ou de aspectos institucionais da associação (que no dendograma está separada das outras duas – Figura 2); há outra classe (1, em vermelho) de média relevância que apresenta fatos vividos pela população trans e em que algumas demandas estão subentendidas, pouco explicitadas ou apresentadas de modo muito genérico, como a violência sofrida por pessoas trans e o direito à vida, e a necessidade de respeito, e uma classe (2, em verde) que evidencia de forma mais explícita as demandas em termos como “nome”, “saúde”, “cartório”, “retificação”, “redesignação”, “serviço”, “sus” e outros. Essas duas classes que explicitam as demandas ao longo da análise do conteúdo de todas as páginas serão nosso material de interesse, ao qual mapearemos e descreveremos ao longo deste trabalho.

Mapeamento das pautas dos ativismos transgêneros no Facebook

As páginas analisadas são de redes, associações e institutos dedicados à população trans (*Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo (ABRASITTI)*; *Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)*; *Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)*; *Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil*; *Instituto Brasileiro Trans de Educação*), de coletivos de pessoas trans organizadas (*De Transs pra Frente*; *Transfeminismo*) e de ações militantes produtoras e agregadoras de notícias sobre a causa trans (*Nlucon*; *O Gênero*; *Transinformativo*; *Ultra*). Foram analisadas 6175 postagens realizadas entre os dias 31 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2018 (período referente ao governo Michel Temer).

As palavras de relevância com maior frequência no conjunto dos textos foram (nesta ordem): “trans”, “pessoa”, “travesti”, “mulher”, “transexual”, “gênero”, “nlucon”, “brasil”, “direito”, “homem”, “social”, “nacional”, “população”, “rede”, “identidade”, “lgbt”, “público”, “antra”, “saúde” e “educação”. Aqui notamos que há uma prevalência e um destaque para a feminilidade trans, quando termos como “travesti” e “mulher” vêm bem antes do termo homem, sugerindo maior incidência e destaque àquelas em relação a estes, mesmo levando em conta que há páginas mistas sobre questão trans e algumas exclusivas sobre transmasculinidades nesse conjunto.

Ao comparar os mapas de Análise Fatorial de Correspondência⁴ dos termos e dos usos pelas páginas percebe-se uma aproximação entre os “tipos” de páginas, a partir de determinada vocação dos seus textos. Temos um grupo de palavras em que predominam termos de caracterização das condições trans na sociedade brasileira (“população”, “violência”, “direito”, “político”, “país”, “discriminação”, “exclusão”, “conhecimento”, “escolar”, “violação”, “estigma”, “números”, entre outros), um outro que incluem os metadados de links e ações no Facebook, além de nomes de instituições e um outro que traz termos que sugerem explicação, elaboração a respeito de questões de gênero (“feminino”, “masculino”, “verdade”, “porque”, “quando”, “cis”, “discurso”, “gênero”, “feminista”, etc.).

⁴ É uma representação gráfica dos dados gerada pelo software que mostra a aproximação entre termos que nos permitem inferir a estrutura de construção do texto e as temáticas de relativa importância por meio da co-ocorrência entre eles (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Nesse sentido, como caracterização do *corpus* temos que, a grosso modo, as páginas de redes, associações e institutos trans tendem a tratar de aspectos da oficialidade, dados numéricos, políticas para pessoas trans, ligados de certo modo a governabilidade, ou seja, da questão trans em sua relação com os poderes estabelecidos; já as páginas informativas sobre as questões trans têm se dedicado a aglutinar conteúdo informativo sobre o tema inclusive de outros sítios da internet; e as páginas de coletivos trans têm produzido conteúdo analítico conjectural em diálogo com a produção acadêmica e dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o comparativo pelo conteúdo das páginas reforça a classificação feita inicialmente entre páginas de instituições formais trans, coletivos acadêmicos/militantes e agregadores de notícias, ainda que essas vocações efetivamente não sejam, na prática, tão bem demarcadas.

A análise do conteúdo das páginas nos levam as discussões de pautas políticas principalmente sobre a despatologização das identidades, a violência, a transfobia, a retificação de nome e sexo, o processo transexualizador e os ambulatórios de referência para a saúde da população trans, a inclusão e a exclusão da escola em vários níveis, a admissão no mercado de trabalho, as especificidades dos homens trans e pessoas transmasculinas (ideação suicida, assassinato e desrespeito a identidade, o crescente movimento de articulação entre transmasculinos e a saúde do homem trans) e a produção de dados oficiais sobre a população trans.

Obviamente todas essas páginas traziam uma diversidade muito maior de temas, mas aqui selecionamos os *highlights*, o que foi “quente” em termos de pauta de um movimento trans que se estabelece on-line naquele período, não sendo assim uma seleção exaustiva dos temas. Interessou-nos mais, como dito, as principais pautas e seus vieses dentro do conjunto do *corpus*.

Despatologização das identidades

As páginas analisadas no período considerado trouxeram fortemente a discussão da despatologização das identidades trans. Ao averiguarmos, houve especialmente a incidência de termos como “cid”, “patologização”, “despatologização”, “reconhecimento”, “transtorno”, “mental”, “remover”, “identidade”, “doença” e

“classificação”. Eles estavam ligados à questão do CID-11, que foi a publicação da 11ª versão da *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*, lançada em 18 de junho de 2018, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), na qual a transexualidade foi retirada da lista de doenças mentais e passou a ser classificada como incongruência de gênero entrando na categoria de questão relacionada à saúde sexual.

Antes do anúncio da CID havia a cobrança de respeito às questões de saúde trans, independente dela. Houve postagens aguardando com expectativa o lançamento e esse evento foi considerado histórico para a causa trans. Explicitou-se a significação da CID 11 ao excluir-se a transexualidade dos transtornos mentais e comportamentais, e introduzi-la nas novas categorias de incongruência de gênero na adolescência e idade adulta, e na infância, inclusive mencionando a necessidade de mobilização sobre essa etapa da vida. O anúncio da OMS foi considerado o início de uma fase de implementação e avaliação a nível nacional, bem como solicitou o comprometimento de quem advoga para a causa, para “remover os regulamentos de patologização e ao mesmo tempo garantir acesso total ao reconhecimento legal de gênero e à saúde de gênero para as pessoas trans”. Houve também a afirmação da necessidade de uma completa despatologização por meio das questões de direitos humanos e acesso universal aos cuidados da saúde.

O tema da despatologização resgatou as campanhas realizadas desde 2009 sobre o tema, incluindo a *Stop Trans Pathologization* perpetrada a nível internacional, com eventos de conscientização e debates sobre o tema. Também houve críticas aos mecanismos e práticas classificatórias consideradas discriminatórias produzidas pelos saberes instituídos sobre corpos e sociabilidades trans. Houve ainda a solicitação de que se divulgue de forma ampla e periódica campanhas sobre a questão da despatologização e a promoção de debates e formações sobre o tema.

Processo transexualizador e os ambulatórios de referência para a saúde da população trans

Outro aspecto levantado é a questão do acesso e promoção aos procedimentos e tecnologias combinados de terapia hormonal e das cirurgias qualificados independente da transexualidade ser ou não uma patologia, visando redução de danos por “intervenções corporais clandestinas”. Ações de ambulatórios voltados para a saúde integral de pessoa

trans foram apresentadas e descritas como de grande importância, especialmente a inauguração pelo Estado de Minas Gerais do primeiro serviço ambulatorial de atenção especializada no processo transexualizador da saúde pública estadual, em novembro de 2017. Também foi levantado o direito ao reconhecimento legal do gênero demandando sua garantia de acesso total.

O processo transexualizador poderia ser entendido como o que as pessoas trans chamam de transição: diz respeito a processualidade que os corpos passam para adquirir certas características físicas do sexo com qual se identifica, podendo (ou não) serem adquiridas por tratamentos hormonais, procedimentos cirúrgicos (mamoplastia masculinizadora para os homens trans, por exemplo) e “cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização” (JESUS, 2012, p.16). Transgenitarização, por sua vez é o “procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo” (2012, p. 16).

Esse era um tema ao qual essas páginas também se interessaram em debater e discutir durante o período analisado. Há uma significativa defesa do respeito a identidade de gênero das pessoas trans para além de sua genitália e de terem feito ou não as cirurgias de transgenenitarização. Esse debate inclusive bastante associado ao direito a retificação dos prenomes e do sexo nas documentações e as decisões do STF que apresentamos mais a diante.

Buscou-se desconstruir o mito de que ado arrependimento trans usado por alguns discursos conservadores para impedir ou dificultar o acesso aos processos transexualizadores. A página Transfeminismo⁵ trouxe alguns dados de uma pesquisa americana⁶ que desmentiam algumas das afirmações sobre arrependimento:

MITO 1: um número de pessoas trans estão começando a admitir que as mudanças da transição arruinaram suas vidas.

- 94% das pessoas trans relataram uma melhoria na sua qualidade de vida devido a transição.

- 96% respondeu que a sua sensação de bem-estar melhorou.

MITO 2: a transição deixou a pessoa amarga e deprimida.

- 9 de 10 responderam que no geral suas personalidades melhoraram devido a transição.

- 85% descreveu que sua estabilidade emocional melhorou (11% respondeu que não mudou).

⁵Transfeminismo. O mito do arrependimento trans. Facebook, 20 mar. 2017. Disponível em <<https://web.facebook.com/Transfem/photos/a.112373675574926/1115392615273022/?type=3>>. Acesso em 21 mar. 2020.

⁶Baseado no estudo realizado pela Gender Advocacy Training & Education, em 2011, com 448 indivíduos.

MITO 3: pessoas trans não querem realmente mudar seus corpos, elas apenas são pressionadas por ele.

Dados de satisfação trans:

- 96 % no geral;

- 97% terapia hormonal;

- 96% implantes mamários/mamoplastia transmasculinizadora;

- 90% transgenitalização.

Além disso, são apontadas as conquistas do processo transexualizador no SUS tais como: oferecer as cirurgias de redesignação sexual desde 2008 (Portaria nº 457); ampliação, em 2017, de 4 para 9 Centros que oferecem “procedimentos de terapia hormonal procedimentos de terapia hormonal; consultas pré e pós-operatório (incluindo acompanhamento psicológico); e a própria cirurgia de redesignação sexual (mudança de sexo)”, sendo que desses, 5 fazem as cirurgias de redesignação sexuais, tais como a transgenitalização, mas também a “histerectomia (retirada de útero e ovários), mastectomia (retirada das mamas), tireoplastia (cirurgia que permite a mudança no timbre da voz), plástica mamária e inclusão da prótese de silicone e outras cirurgias complementares”⁷. Ainda que esses avanços sejam destacados há cobranças para que se ampliem ainda mais os atendimentos, especialmente em regiões fora dos circuitos das grandes capitais brasileiras.

Luta contra a violência transfóbica

Uma questão agregadora e bastante evocada no discurso das páginas é a violência contra pessoas trans, especialmente os assassinatos. É bastante reforçado pelas páginas o fato do Brasil ser o país que mais mata trans no mundo e que durante o período levantado era morta em média uma pessoa trans a cada 48 horas. Sobre os assassinatos, o controle e monitoramento feito pelas organizações trans (Antra, IBTE e Rede), organizado em dossiês, são divulgados pelas páginas dessas instituições, replicados, e implicados com dados de organizações internacionais. O levantamento é feito por essas instituições por meio de notícias de jornais, por denúncias na Internet e por contato direto, o que sugere também que uma subnotificação dos casos.

Esses dossiês são de suma importância no discurso dessas instituições e seus números são ampla e reiteradamente divulgados e suas atualizações são feitas e

⁷ O Gênero. Dia da visibilidade trans. Facebook, 29 jan. 2017. Disponível em <<https://web.facebook.com/Coletivoogenero/photos/a.604295799759713/624059624449997/?type=3>>. Acesso em 21 mar. 2020.

publicadas ao longo do ano, inclusive noticiando e lamentando a morte em casos específicos. Dos muitos casos, um que mobilizou especialmente essa rede foi o da tortura, espancamento e brutal assassinato da travesti Dandara dos Santos, ocorridos em fevereiro de 2017, em Fortaleza, Ceará, por oito homens adultos e quatro menores de idade. O caso ganhou grande repercussão na imprensa e nas redes sociais não só pela barbaridade e torpeza da ação, mas pelo fato de todo o processo de violência e tortura de Dandara ter sido filmado e amplamente divulgado. Além de expor e cobrar justiça sobre o caso, as páginas acompanharam o julgamento de cada réu e cobravam que o caso fosse considerado institucionalmente de motivação transfóbica.

Além da contagem, os levantamentos são feitos de modo qualificado, por causa da morte, localização e gênero. Há também um recorte racial e de classe social, no qual mostra-se que a maioria das mulheres trans e travestis assassinadas são negras e são mortas em contexto de prostituição por pessoas que em sua maioria não tinham contato com a vítima. Há repetidos repúdios contra a impunidade dos assassinos e a falta de investigação e a afirmação de ser um assassinato de motivação específica, por ódio transfóbico. Além dos homicídios, tentativas de assassinatos, suicídios e violações dos direitos humanos são quantificados e noticiados. As denúncias são acompanhadas de pedidos de construção de políticas públicas de segurança para essa população e também de organização de discussões e eventos para debater o tema.

Questão fortemente debatida e combatida é a transfobia que “refere-se especificamente à discriminação identitária contra as travestis, mulheres transexuais e homens trans, seja intencional ou não”. Procura-se evidenciar que a transfobia “pode causar severas e graves consequências para quem sofre esta atitude negativa de preconceito e discriminação”. No Brasil, ela estaria associada ao extermínio da população brasileira de travestis e transexuais.

As páginas realizam constantemente casos de transfobia em distintas instituições como em hospitais, na família, por violência policial, na delegacia, no meio acadêmico, em centros universitários, na publicidade, na imprensa, nas redes sociais, no esporte, na rua, no teatro, na novela, na política, no Direito, cursos, até mesmo dentro da militância LGBT.

O fato de no contexto de trabalho da prostituição é que muitas mulheres trans e travestis são mortas é apontado como causado pela transfobia, que marginaliza essas

mulheres e as expõem a esses riscos. É por não terem outra oportunidade de renda que em decorrência da expulsão familiar, escolar e do mercado de trabalho que essas mulheres são lançadas na prostituição, tudo em decorrência de processos transfóbicos. Também é apontado que a transfobia para muitas acontecem mesmo depois da morte com o desrespeito a identificação do gênero nos processos fúnebres.

A transfobia também é responsável pela evasão escolar de pessoas trans sendo que 70% delas não conseguem concluir o ensino médio e 56%, o ensino fundamental. Também são denunciados casos de internação forçada de pessoas trans em instituições psiquiátricas. Há inclusive citação de casos de pessoas cis que sofreram agressões físicas por serem confundidas com pessoas trans. O fato de casos de transfobia serem pouco denunciados é associado ao fato de muitas pessoas trans não ter acesso à informação e aos meios de comunicação. Ao ser comparada com outras formas de exclusão e violência por marcas de diferença, como sexismo, misoginia, racismo e xenofobia, a transfobia seria negligenciada pelos governos, diferente das outras que seriam universalmente condenadas por eles.

A luta mobilizada por esses movimentos vai no sentido de exigir a dignidade e cidadania plena em oposição aos processos de exclusão e discriminação dessa população junto aos poderes instituídos (executivo, legislativo e judiciário) muitas vezes associadas a questão de gênero (fala-se de transfeminicídio, misoginia, sexismo) e raça. É nesse sentido que se aborda sobre a criminalização, inclusive sobre a votação no Supremo que aconteceria inicialmente em novembro de 2018, mas que veio a acontecer efetivamente em fevereiro de 2019.

Outra instituição levantada como gatilho para abrandar a transfobia ao criar uma conscientização da população e oportunizar formação a população trans é a escola. São apontadas como apoios importantes a participação das famílias nessa luta, bem como uma unificação das agendas latino-americanas sobre o tema, a entrada de pessoas trans na política *stricto sensu* empenhadas em legislar sobre a questão e a ficção televisiva.

A transfobia na sociedade brasileira é vista como uma das causas das formas que as estratégias de resistências e visões identitárias trans se deram ao longo dos anos, ao afirmar que seja “compreensível que formas de reconhecimento pelo sofrimento tenham sido historicamente usadas pelo (...) coletivo como forma de resistência como

mobilização de um essencialismo estratégico como forma de algum reconhecimento mesmo que precário”⁸.

Retificação de nome e sexo

Outra demanda que aparece significativamente no período é a questão da retificação nas documentações do prenome e do gênero. Há bastante indicações de procedimentos para realizar alteração da documentação, tanto em informar sobre as possibilidades legais quanto como se organizar diante da burocracia.

Há dois momentos dessas postagens porque em março de 2018 o Supremo Tribunal Federal decidiu “reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil” (BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018, online).

As páginas acompanharam o julgamento na época e explicavam a argumentação da defesa do caso em duas frentes, uma primeira na qual a Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973) que permite a alteração do prenome quando este submete o titular a situações vexatórias foi entendida como plenamente aplicável às pessoas transgêneras, e, segundo, que a identidade psicossocial prevalece em relação à identidade biológica, não sendo necessária a intervenção cirúrgica nos órgãos sexuais para que seja reconhecido seu sexo (o entendimento psicológico também entendido no campo social e jurídico).

Dessa maneira, há postagens dando formas de proceder antes e depois da decisão. Antes da decisão do STF era preciso que as pessoas recorressem a processos judiciais para terem seus documentos retificados e nestes processos um juiz determinava se pessoas trans poderiam ou não terem seus nomes retificados, sendo exigidas “provas” que a pessoa era um transexual “verdadeiro”, como laudos psiquiátricos. Muitas vezes aconteciam de serem retificados os prenomes e não o sexo, pelo fato da pessoa não ter se submetido à cirurgia de redesignação sexual⁹.

⁸ ANTRA. Facebook, 25 ago. 2018. Disponível em <https://mobile.facebook.com/story.php?story_fbid=1887263094692364&id=944305148988168&refid=52&_tn_=-R>. Acesso em 19 mar. 2020.

⁹ Transfeminismo. O “novo rg” e pessoas trans. Facebook, 24 fev. 2017. Disponível em <<https://web.facebook.com/Transfem/photos/a.112373675574926/1096552613823689/?type=3>>. Acesso em 21 mar. 2020.

Após a decisão do STF as pessoas trans podiam retificar seu prenome e sexo diretamente no cartório sem necessidade de autorização judicial. Há, assim, nessas páginas indicações de como se munir da documentação exigida para acessar tal direito nesses estabelecimentos. Tão logo começou a valer a decisão começaram a fazer um levantamento de quais cartórios já estavam fazendo o serviço e denunciando aqueles que não cumpriram a decisão e demonstravam resistência as retificações, evidenciando uma anacronicidade na chegada do direito no território brasileiro. Uma questão é os gastos para esses processos: algumas dessas páginas fizeram ações para angariar fundos para custeio da retificação de pessoas transgêneras. As páginas buscavam demonstrar que a retificação e as ações que facilitam o acesso à alteração do nome e do sexo na documentação trazem autonomia e tranquilidade a essas pessoas nos diversos espaços institucionais em que ela fosse exigida.

A inclusão e a exclusão da escola em vários níveis e admissão no mercado de trabalho

Em se tratando de Educação, uma das pautas levantadas são as pesquisas e a produção de dados (censos) para a viabilização de estratégias e políticas públicas para as pessoas trans tanto na docência e quanto na discrição com a finalidade de possibilitar a produção de conhecimento sobre esse setor e monitorar a violência contra essa população nos ambientes educacionais.

Nesse sentido mostram a importância e as ações de articulação entre institutos voltados a causa trans e instituições de ensino para criação e aplicação de ferramentas de monitoramento da violência¹⁰. Também mostram pessoas e projetos que tem se empenhado a intervir no currículo dos sistemas educacionais para inclusão do debate da desconstrução do gênero e seus papéis, bem como a questão da orientação sexual e da sexualidade, em colaboração e/ou organizado por travestis e transexuais.

Há o discurso contrário a um sistema educacional que de modo impositivo traz como única forma possível de ver e organizar o mundo o sistema de gênero binarista cis heteronormativo. Denuncia-se a exclusão da população trans dos ambientes educacionais, marcadamente do Ensino Superior, a qual, em 2018, era de 82%, sendo a população trans

¹⁰ Incluindo a questão do desrespeito a identidade de gênero quanto ao uso do banheiro.

0,02% do total nas Universidades brasileiras¹¹. Neste sentido coloca-se a importância não só da inserção, mas também de políticas de permanência e garantias de aprendizagem.

Visibilidade é alçada a estratégia de pautar a questão trans, em oposição a situação de apagamentos e silenciamentos, afirmando como a própria invisibilidade – tanto em espaços educacionais como no mercado de trabalho – é sintoma e causa de exclusões.

Também divulgam informações (em cartilhas, alguns vezes) sobre como proceder para retificar o nome nas instâncias educacionais como alteração em certificados de conclusão de curso, histórico escolar e caderneta de chamada. Narra-se história de pessoas trans na escola tanto histórias de violência e exclusão, quanto boas histórias, como de Estrela Barbosa, mulher trans que mora em Recife/PE, que com 16 anos foi expulsa da escola e aos 33 anos voltou a estudar¹².

Há o posicionamento contrário à questão da ideologia de gênero, assunto que mobilizava as questões educacionais no período, bastante mobilizada por grupos e partidos conservadores. Ideologia de Gênero é como esses grupos denominam o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos e seus avanços, afirmando que esses alterariam a moralidade vigente e articulariam a destruição da sociedade como ela é (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Contrariamente, as páginas reafirmam a importância de discutir não só nos ambientes educacionais, mas também fora deles, sobre a questão do gênero e da sexualidade.

Uma das principais ações na questão do trabalho é a divulgação de vagas de empregos direcionadas (ou não) para pessoas trans. Dessas vagas, algumas destacam o fato do contratante ser transinclusivo especialmente pelo respeito a identidade de gênero. Nessas propostas fazem a intermediação entre potenciais contratantes e as pessoas trans em busca de emprego, evidenciando as propostas e benefícios das vagas. Se articulam significativamente ao redor projeto TransEmpregos¹³, que visa a empregabilidade de

¹¹ Instituto Brasileiro Trans de Educação. Nota de repúdio e esclarecimentos sobre a falta de representatividade trans nos espaços de debates, ações e mesas de discussões sobre gênero e diversidade de gênero. Facebook, 07 set. 2018. Disponível em <<https://web.facebook.com/ibteducacao/posts/1569554869816985>>. Acesso em 20 mar. 2020.

¹² Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil. Construção do Direito de Ser Mulher com muita luta e resistência na sociedade brasileira. Facebook, 8 mar. 2018. Disponível em <<https://web.facebook.com/redtransbrasil/posts/220560671633432>>. Acesso em 20 mar. 2020.

¹³ O projeto surge por demanda da Associação Brasileira de Transgêneros – ABRAT – devido a dificuldade de inclusão de pessoas trans no que tange a empregabilidade. O site do projeto é o <https://www.transempregos.org/>.

pessoas transgêneras pela criação de um banco de dados de currículos e vagas deste segmento.

As páginas denunciam como a situação da população trans no Brasil em relação ao trabalho é marcada pela dificuldade de qualificar-se profissionalmente e serem inseridos do mercado de trabalho formal. Significativamente aparecem em suas postagens a questão da prostituição das mulheres e das travestis como única opção viável de trabalho por conta do estigma social, bem como algumas associações destinadas a essas mulheres.

Especificidades dos homens trans e pessoas transmasculinas

Uma das demandas pleiteadas a respeito das transmasculinidades especificamente era a questão do suicídio e do assassinato dos homens trans e pessoas transmasculinas. Desse modo eram denunciadas pelas páginas sua ocorrência frequente e normalização, reivindicando absurdo de tal situação. Suicídio é um problema sério em se tratando da população transmasculina. Uma pesquisa do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG, chegou a conclusão de que 85,7% dos homens trans entrevistados já pensaram em suicídio e/ou tentaram cometer o ato (NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH-UFMG), 2015). Um estudo realizado no contexto americano concluiu que havia uma incidência muito maior de tentativa de suicídio entre adolescentes transmasculinos, sendo que mais da metade (50,8%) relataram já ter tentado dar cabo da própria vida (TOOMEY; SYVERTSEN; SHRAMKO, 2018).

É nesse contexto que as páginas pautam a mortalidade de sujeitos transmasculinos pontuando a dificuldade de suportar o preconceito, a violência, a ignorância em relação a sua identidade de gênero, a depressão e o sufocamento pelas opressões e a falta de acolhimento familiar, social e psicológica. Trata-se da completa falta de apoio. Inclusive uma violência que se mantém mesmo depois da morte pelo contínuo desrespeito as suas identidades masculinas, mesmo nas lápides desses homens elas lhes são negadas. Como disse, em 2016, Lam Matos, coordenador do Ibrat, na página do Instituto: “tivemos casos recentes de assassinatos onde cada homem trans ou pessoa transmasculina foi

contabilizado como sendo lésbica, fazendo com que não tenhamos, ainda, nenhum dado oficial sobre a violência sofrida por nossa população”¹⁴.

Há um constante movimento de articulações locais para fortalecimento e criação de núcleos regionais de transmasculinos fomentando a visibilidade e ocupação de espaços de representatividade LGBTQI+. Também é ressaltado a importância da auto-organização e a valorização de encontros feitos por e para transmasculinos como o encontro nacional de homens trans e pessoas transmasculinas – Enah – a organizado pela primeira vez em fevereiro de 2015, tornando-se um dos eventos mais importantes de pessoas transmasculinas do mundo. Também houve a divulgação de materiais referência para lidar as especificidades de saúde do homem trans.

A produção de dados oficiais sobre a população trans

Por fim destacamos a necessidade de produção de dados oficiais feitas pelo Estado sobre a população transgênera. Foi pautado a problemática de como institutos oficiais do governo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e o Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA – invisibilizam a população trans por não incluírem em suas pesquisas informações para criação de dados sobre essa parcela populacional. A principal crítica é a dificuldade de fomentar políticas de direitos humanos, combate a violência e inclusão se não há dados sobre tal população e nem mesmo interesse em produzi-los. Uma das demandas era que o censo 2020 incluísse questionamentos acerca da identidade de gênero e da orientação sexual dos entrevistados¹⁵, por exemplo.

Considerações finais

É interessante notar ao acompanhar a história do movimento trans no Brasil a influência da própria encarnação das identidades/identificações nas ações e pautas do movimento. Se num primeiro momento travestis surgiam reagindo à violência policial e demandadas pela epidemia da AIDS junto a essa população, tal identidade se afirma num

¹⁴ IBRAT. Sobre as perdas dos homens trans. Facebook, 24 nov. 2016. Disponível em <<https://web.facebook.com/institutoibrat/posts/1783343788550119>>. Acesso em 22 mar. 2020.

¹⁵De fato o que ocorreu foi uma ainda maior diminuição dos dados coletados pelo Censo Demográfico de 2020, anunciado pelo IBGE em julho de 2019. Foram cortadas questões sobre rendimento, emigração e posse de bens (PAMPLONA; FERNANDES, 2019).

movimento de distinção dos homossexuais (CARVALHO; CARRARA, 2009). Na virada do século, enquanto processos de relação interna a si e ao movimento LGBT se delineiam delimitações entre as pessoas travestis e transexuais. Ao refletir-se e fomentar políticas públicas para si, pessoas trans vão se pondo cada vez mais como questão de identidade de gênero e menos como problema de orientação sexual. É deste modo que há aproximação e mobilização junto ao movimento feminista. De todo modo há atualmente uma crescente demanda a um movimento cada vez mais independente e uma aglutinação sob o guarda-chuva trans.

Chegamos assim a três momentos do movimento trans no Brasil. Um primeiro, na década de 1990, em que temos um movimento inicialmente bastante voltado para a identidade travesti e que tenta se afirmar na diferença com as identidades homossexuais e que de modo conflituoso cria um espaço nas militâncias que posteriormente seriam conhecidas como LGBT. É também bastante baseado em organizações por meio de ONGs para prestação de serviço. É um momento em que se mobiliza em pautas em torno da prevenção da AIDS, contrário a violência policial e calcados na inclusão institucional dessa população lançando questões como a visibilidade e o respeito e institucionalização do nome social;

Já num segundo momento, na década de 2000, há uma entrada do movimento junto ao poder público em participações efetivas para formatação de políticas públicas para pessoas trans. É quando também passasse a se articular ao redor das identidades travestis e transexuais, onde incorpora-se a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero e uma maior consciência de que a segunda categoria é onde efetivamente devem se basear (por ser a questão trans uma questão de identidade de gênero). É deste modo que parte da militância se aproxima do movimento feminista e se afastam dos espaços LGBT. As pautas passam a ser mobilizadas em torno da luta contra o não reconhecimento das identidades. Passam a serem demandas questões como o processo transexualizador e seu oferecimento pelo SUS; e discursos e ações contrários à negligência e controle médicos, esterilização forçada, exclusão da família e da escola, violência doméstica, estupro corretivo, sistemático assassinato, migração forçada, tráfico de pessoas, humilhação pública, desrespeito como regra, trabalho precário e pobreza (CARVALHO; CARRARA, 2009);

Por fim, um terceiro e atual momento, após 2010, em que se busca uma maior autonomia do movimento em relação às pessoas cisgêneras ao mesmo tempo em que se

busca abarcar a diversidade sexual e de gênero e os distintos corpos de pessoas trans*, se mobilizando inclusive sobre perspectivas não-identitárias. É também o período do surgimento de coletivos universitários de pessoas trans e também o movimento organizado nas questões de transmasculinidades. É um movimento que pauta-se pela despatologização das identidades trans, pela constituição da cisgeneridade e aponta seus privilégios, que busca o reconhecimento da infância e da adolescência trans*, reparação dos déficits educacionais, inserção no mercado formal e representatividade nas artes e nos partidos políticos (JESUS, 2018).

Concluimos, portanto, este artigo afirmando que a bibliografia sobre militância trans, a pesquisa das pautas produzidas pelas Páginas no Facebook de associações de pessoas trans e as conversas com nossos interlocutores, mesmo sendo distintas fontes, revelaram os mesmos tópicos de interesse com pouquíssima variação. Constatou-se que a produção de pessoas transgêneras dentro da plataforma de rede social tem fomentado tópicos comuns para lutas políticas que são mútuas, por afinidade.

Referências

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4275/DF – Distrito Federal. Relator: Marco Aurélio. Feb. 2018. **Supremo Tribunal Federal**. Available at: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>. Accessed on: 21 Mar. 2020.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. [S. l.: s. n.], 2013. Available at: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Accessed on: 7 Feb. 2019.

CARVALHO, Mario Felipe Lima; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, vol. 0, no. 14, p. 319–351, 5 Aug. 2009. Available at: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862>. Accessed on: 31 Jan. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Notas sobre as travessias da população trans na história.

2018. **Revista Cult**. Available at: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Accessed on: 4 Feb. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autora, 2012.

MÉNDEZ, Lucas (Raquel) Platero. **Trans*exualidades: acompañamiento, factores de salud y recursos educativos**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2014.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, vol. 32, no. 3, p. 725–747, 1 Sep. 2017. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH-UFMG). **Transexualidades e saúde no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans**. Belo Horizonte: [s. n.], 2015. Available at: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>.

PAMPLONA, Nicola; FERNANDES, Anaís. IBGE corta do censo questões sobre renda, aluguel, emigração e posse de bens - 01/07/2019 - Mercado - Folha. 1 Jul. 2019. **Folha de São Paulo**. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/ibge-corta-do-censo-questoes-sobre-renda-aluguel-emigracao-e-posse-de-bens.shtml>. Accessed on: 22 Mar. 2020.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individualização pela relação? *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (eds.). **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 107–140.

SPALDE, Dean. Compliance is gendered: struggling for gender self-determination in a hostile economy. *In*: CURRAH, Paisley; JUANG, Ruchard M.; MINTER, Shannon Price (eds.). **Transgender rights**. Minneapolis - London: University of Minnesota Press, 2000. p. 217–241.

TOOMEY, Russell B.; SYVERTSEN, Amy K.; SHRAMKO, Maura. Transgender adolescent suicide behavior. **Pediatrics**, vol. 142, no. 4, 1 Oct. 2018. <https://doi.org/10.1542/peds.2017-4218>.

